



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Patriota Malta*

31

023

6ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº 0170625 - 0/02

COMARCA: 09ª VARA CÍVEL DE RECIFE

RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S.A.

RECORRIDO: MARIA DO CARMO DE JESUS COSTA E OUTRO

RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

5525

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL - RECURSO DE AGRAVO - DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO - NEGADO SEGUIMENTO DE PLANO AO RECURSO - EXEGESE DO ART. 557, CAPUT, DO C.P.C C/C ART.74,VIII DO RITJPE - CORREÇÃO MONETÁRIA REFERENTE AOS EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DOS PLANOS "BRESSER" E "VERÃO" - APLICAÇÃO DA SÚMULA 055 DO TJPE - ENTENDIMENTO PACIFICADO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - PRECEDENTES - TITULARIDADE DE QUE POSSUI CONTA POUPANÇA PERANTE A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEMONSTRADA - EXTRATOS DE CONTA POUPANÇA NÃO SÃO INDISPENSÁVEIS AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - PRESCRIÇÃO - NÃO OCORRÊNCIA - INTERRUPTÃO QUE RETROAGE À DATA DA PROPOSITURA DA AÇÃO - PEDIDO DE EXCLUSÃO DE APLICAÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DE EXIBIÇÃO DE EXTRATOS PELO BANCO - ACOLHIMENTO - RECURSO DE AGRAVO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0170625-0/02, em que figuram como Recorrente BANCO DO BRASIL S.A. e como Recorrido MARIA DO CARMO DE JESUS COSTA E OUTRO, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, acordam, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator, tudo de acordo com o relatório, o voto, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



24

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0170625-0/02**  
**RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A**  
**RECORRIDO: MARIA DO CARMO DE JESUS COSTA E OUTRO**  
**ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso de Agravo manejado contra decisão terminativa desta relatoria, proferida às fls. 118/121 nos autos do Recurso de Apelação Cível nº 0170625-0 que, amparado em fundamento contido no art. 557, *caput* do Código de Processo Civil c/c art. 74, VIII do RITJPE, negou-lhe seguimento, por encontrar-se em manifesto confronto com a jurisprudência dominante deste Tribunal e dos Tribunais Superiores.

A inicial de fls. 02/09 apresenta-se desacompanhada de quaisquer documentos, tendo sido o Agravo interposto em oportunidade manifestamente tempestiva.

Alega o recorrente que a r.decisão que negou seguimento ao recurso de apelação deve ser reconsiderada. Reitera que não existe nenhuma evidência nos autos da comprovação de titularidade de conta-poupança a ser corrigida em nome da autora/recorrida, carecendo a suposta poupadora qualquer direito à percepção dos valores pleiteados bem como a ocorrência de prescrição. Pleiteia, outrossim, a impossibilidade da fixação de multa diária na eventualidade de não apresentação dos extratos, porquanto o procedimento correto seria admitir como verdadeiros os fatos que por meio do documento a parte pretendia provar, a teor do que dispõe o art. 359 do CPC, além de julgamento *extra petita* em vista de que a autora não a requereu na inicial.

Postula, ao final, a reconsideração da decisão hostilizada e, em assim não ocorrendo, o envio da matéria à mesa para julgamento pela Câmara, para que se julgue totalmente improcedente a ação.

É o que importa relatar

Recife, 21 de janeiro de 2010.

Des. José Carlos Patriota Malta  
**Relator**



33

022

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

**RECURSO DE AGRAVO Nº 0170625-0/02**  
**RECORRENTE: BANCO DO BRASIL S/A**  
**RECORRIDO: MARIA DO CARMO DE JESUS COSTA E OUTRO**  
**ORGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**  
**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

Trata-se de demanda através da qual foi o recorrente condenado no pagamento de diferenças de correção monetária referente aos expurgos inflacionários dos planos econômicos "Bresser" e "Verão".

Por se tratar de tema de defesa que vai de encontro à jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, a pretensão recursal teve seu seguimento negado de plano, ao abrigo dos permissivos contidos nos artigos 557 caput do Código de Processo Civil e 74, VIII do RITJPE.

Cuidando-se de pedido de retratação por via do chamado agravo legal cabe simplesmente rever os fundamentos que nortearam a decisão combatida na Apelação Cível em apenso. Nesse contexto, assiste razão ao recorrente somente quanto à impossibilidade de aplicação de multa cominatória em caso de descumprimento de exibição de extratos de conta-poupança pelo banco demandado. Assim, merece acolhimento o pedido de exclusão da imposição de multa. Nesse sentido, já pacificou-se o entendimento nos tribunais superiores e neste tribunal quanto a essa impossibilidade.

No mais, não trouxe o recorrente, nesta sede processual, qualquer elemento capaz de modificar a decisão recorrida, apenas reiterando os mesmos argumentos que já foram fundamentadamente extirpados quando da análise do apelo.

Sustenta novamente o recorrente que a petição inicial deve ser indeferida, posto que os recorridos não acostaram aos autos extratos bancários relacionados às suas contas poupanças, bem como nenhum outro documento contemporâneo aos planos econômicos indicados na exordial. Constato que não há como discorrer em ausência de prova do direito alegado, pois os autores informaram o nome da agência mantida na época junto ao Banco demandado, permitindo concluir que o autor fez prova mínima do direito postulado.

Ademais, o Banco sequer colacionou aos autos o espelho de eventual pesquisa que tivesse feito, que demonstrasse a inexistência das aludidas aplicações de cadernetas de poupança nas épocas mencionadas, ou mesmo que não possuía saldo na época, demonstrando assim a incúria em sua defesa, motivo pelo qual não acolho a sua tese.



34  
026

**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
*Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta*

Também restou consignado nos autos que não ocorreu a prescrição quanto à pretensão de correção dos expurgos inflacionários. Conforme aduz o próprio recorrente, a interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual. Contudo, esqueceu o recorrente de mencionar a regra do art. 219, §1º do CPC que aduz que *a interrupção da prescrição retroagirá à data da propositura da ação*. Sendo a ação interposta em 31/05/2007, neste momento efetuou-se a interrupção da prescrição.

Isto posto, voto pelo provimento parcial do presente recurso de agravo, tão somente para excluir da decisão terminativa proferida a incidência de multa.

É COMO VOTO.

— Recife, 26/01/2010.  
*José Carlos Patriota Malta*